

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PCD NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Asa Fujino

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo (USP)

Mariana Ramos Crivelente

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo (USP)

INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito individual correlato ao de liberdade de opinião e expressão, previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. A indissociabilidade entre a responsabilidade dos profissionais de informação na gestão de dispositivos de informação e o reconhecimento de tais direitos é prevista no código de ética da International Federation of Library Associations and Institutions. (IFLA, 2012) De igual modo, reafirma-se a importância do desenvolvimento da competência para busca e uso da informação como fundamental para o exercício da cidadania e protagonismo do cidadão no mundo acadêmico e profissional, e a responsabilidade do Estado em definir políticas que garantam o acesso ao conhecimento e infraestrutura de informação adequada à pesquisa; e às instituições educacionais, a inserção da prática em todos os níveis e a todos os cidadãos.

Censo demográfico do IBGE (2010) revelou que 23,9% (46.606.048 pessoas) da população brasileira tem alguma deficiência e, segundo análises do Espaço da Cidadania (LOSCHI, 2012), 10,2 milhões do total desta população com idade igual ou superior a 15 anos têm Ensino Médio ou Superior completo, com alto potencial para atuar no trabalho formal, mas apenas 1,5% estão no mercado formal, enquanto que no total dos trabalhadores brasileiros nesta faixa etária, este percentual é de 51,7%. Esses dados revelam a dificuldade de inserção dessa população no mercado de trabalho, por ausência de políticas educacionais, mas também culturais, como salientou Josemar Araújo (2019), professor de direito e cego, ao propor uma reflexão mais profunda sobre a concepção de acessibilidade para além da construção de ambientes acessíveis, com o qual concor-

da Marta Gil (AMANKAY, [2---]), que observa que o caminho para inclusão passa pela mudança na esfera social, pois cabe à sociedade atender às necessidades da Pessoa com Deficiência (PcD), e acolher todos, sem restrição, de modo a favorecer oportunidades de trabalho e protagonismo social.

Do ponto de vista jurídico, o país tem avançado desde a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 208, III, estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino. Decretos e leis foram promulgados e entre eles: Lei de Acessibilidade – Decreto nº 5.296/2004 que regulamenta, dá prioridade de atendimento e estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade de PcD ou com mobilidade reduzida; Decreto Legislativo nº 186/2008, que ratifica decisões da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que estabelece a Acessibilidade como direito de todas as pessoas (2006); e em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015 que concretiza e operacionaliza os conceitos, valores e diretrizes da CDPD, cujo capítulo 1 do Título III da LBI é voltado para todos os aspectos sobre acessibilidade. No âmbito educacional, aspectos de reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas em suportes para deficientes visuais, encontram respaldo na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – (art. 46).

Assim, a pesquisa parte do pressuposto que se os dispositivos de informação são essenciais na promoção de uma cultura inclusiva, este tema deveria ser inerente à formação dos profissionais da informação. Mas, apesar do arcabouço legislativo do tema, há diversas barreiras para sua implementação e a ausência de estratégias para capacitação dos profissionais bibliotecários para atuação visando a inclusão desses usuários no universo dos dispositivos de informação é um dos graves problemas, uma vez que assegurar acessibilidade informacional, na perspectiva da Ciência da Informação, requer considerar aspectos físicos, mas também cognitivos dos potenciais usuários. Nesse caso, conhecimentos sobre tecnologias assistivas, linguagem de sinais, linguagem universal para arquitetura de sites e portais – temas não presentes nas propostas pedagógicas dos cursos de graduação na área.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho é analisar a produção científica sobre acessibilidade de PcD e todos os aspectos correlatos, na Ciência da Informação, a fim de traçar um panorama desta produção, identificar aspectos abordados nas pesquisas e traçar um perfil da formação dos autores mais prolíficos no tema para identificar eventuais grupos de pesquisa e relações com os assuntos mais abordados e com o ensino de graduação.

METODOLOGIA

O estudo cobre o período de 30 anos, correspondente a 1988-2018 e os dados para a elaboração de indicadores de produção científica foram coletados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), por ter como

objetivo disponibilizar estudos na área de Ciência da Informação e 1988 foi considerado marco da inserção deste tema na sociedade brasileira, com a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 208, III estabelece os direitos das PcD. Os termos são oriundos da bibliografia especializada, conforme procedimentos de descrição terminológica proposto por Lara e Tálamo (2007). O Quadro 1 expõe sinteticamente procedimentos de coleta de dados, estratégia de busca e os critérios de constituição do *corpus*, observando que foram consideradas as formas singular e plural para todos os casos.

Quadro 1: Estratégia de busca

Base de dados	Brapci
Filtros	Busca simples – Título, Palavra-chave e resumo
Termos de busca	Acessibilidade OR Inclusão OR Legislação Inclusiva OR Tecnologia Inclusiva OR OR Tecnologia Assistiva OR Tecnologia de Apoio OR OR Usuário com deficiência OR Usuário com necessidades especiais OR Portador de deficiência; Deficiente; OR Pessoa com deficiência OR Deficiência Visual OR Deficiente Visual OR Cego OR Baixa Visão OR Audiodescrição OR Braille OR Braille OR Cegueira OR Leitor de Tela OR Deficiente OR Auditivo OR Surdo OR Surdez OR LIBRAS OR Surdo Mudo OR Deficiência auditiva OR Deficiente auditivo OR Deficiência Física OR Deficiente Físico OR Deficiente Motor OR Cadeirante OR Mobilidade Reduzida OR Deficiência física OR Deficiência Intelectual OR Deficiente Intelectual OR Síndrome de Down OR Paralisia Cerebral OR OR Deficiência Psicossocial OR Deficiente Psicossocial OR Deficiência Mental OR Deficiente Mental OR Autismo OR Autista OR Deficiência Múltipla OR Deficiente Múltiplo OR Surdocego OR Surdocegueira OR Biblioteca Inclusiva OR Biblioteca Acessível OR Desenho Universal OR Desenho para Todos
Tempo estipulado	1988 – 2018
Tipos de documentos	Todos
Data da coleta	06/06/2019
Total Recuperado	1051 registros (não deduplicados)

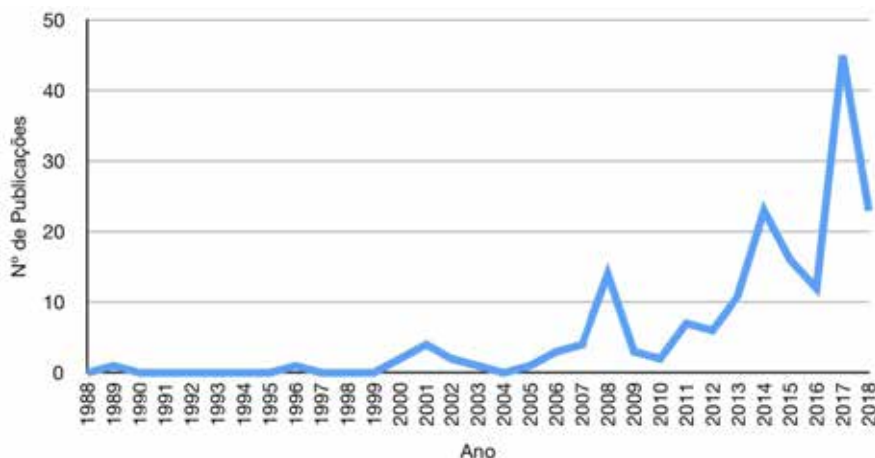
Fonte: elaborado pelas autoras.

Na primeira busca foram recuperadas todas as referências sobre o tema, registradas de 1988 a 2018. Os registros foram capturados e inseridos numa planilha Excel. Os dados transferidos foram analisados para seleção apenas de artigos de periódicos, de modo a padronizar as unidades de análise, conforme recomendado por Glänzel (2003) para realização de estudos bibliométricos. Esses padrões seriam os sistemas de revisão, critério de originalidade dos resultados da pesquisa, disponibilização da literatura e regras transparentes de publicação. Nesse sentido, considera-se que os artigos científicos publicados em revistas científicas de referência são as unidades mais adequadas para realizar os estudos. Após esse processo, a amostra foi reduzida a 451 artigos científicos. Considerando a especificidade do assunto, foi necessário analisar o resumo e metadados de cada item a fim de verificar a aderência ao tema. O trabalho de deduplicação (técnica para eliminar registros duplicados) permitiu compor o *corpus* final consolidado, constituído de 180 artigos.

RESULTADOS

Apresentamos, neste trabalho, apenas parte dos resultados obtidos: indicadores de Evolução cronológica (Gráfico 1); Autores mais prolíficos por número de publicações (Gráfico 2) e Principais assuntos abordados (Gráfico 3).

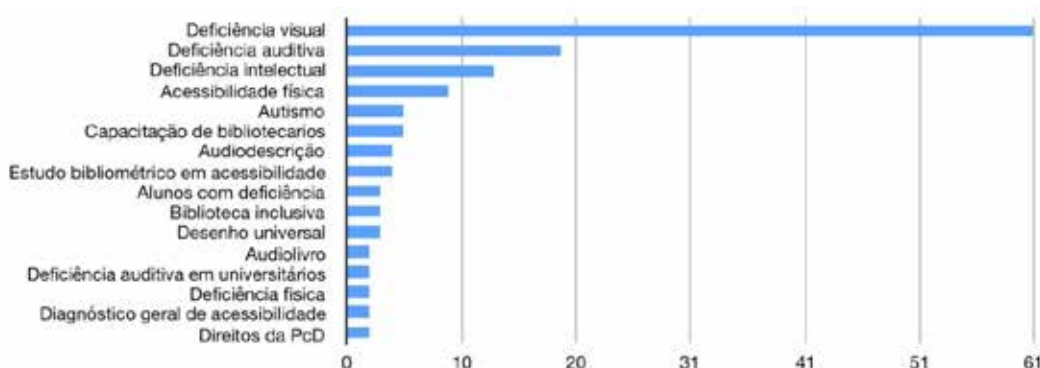
Gráfico 1: Evolução cronológica dos artigos



Fonte: elaborado pelas autoras.

O estudo revela, pelos dados gerais da pesquisa inicial (451 trabalhos) que a preocupação com os direitos das PcD está presente no período e permeia a maioria dos trabalhos, mas muito associada à necessidade de prover infraestrutura adequada (tecnologia inclusiva) para atendimento à Legislação. Assim, embora na análise dos temas, a questão dos direitos da PcD como tema principal tenha pouca presença, é possível visualizar picos maiores na produção específica, após exclusão dos registros duplicados, associados ao período temporal de discussões que precederam a publicação de leis, decretos e portarias do governo brasileiro, por exemplo, a partir de 2006, com crescimento significativo em 2007 e auge em 2008, quando das discussões sobre a Convenção dos direitos da PcD na Organização das Nações Unidas (ONU) e posterior ratificação no Brasil em 2008; em 2013, com auge em 2014 quando da discussão da Lei Brasileira de Inclusão da PcD e em 2016, após a homologação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (julho/2015), o que aponta para aparente preocupação da área com o acompanhamento de políticas públicas e inclusão social.

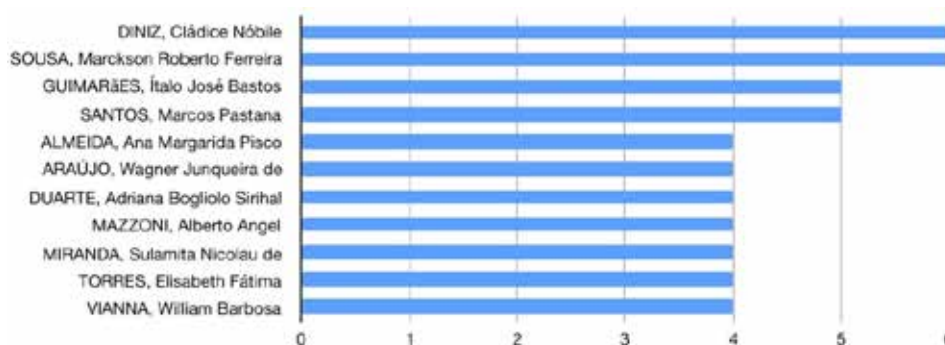
Gráfico 2: Principais assuntos abordados



Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise dos assuntos mais abordados na literatura, a partir da identificação do objeto central dos artigos, indica maior preocupação com a compreensão das necessidades específicas da PcD, de acordo com o tipo de deficiência, sendo a deficiência visual a mais abordada (cerca de três vezes mais que a deficiência auditiva quatro vezes mais que a deficiência intelectual e seis vezes mais que a deficiência física), revelando maior sensibilização dos pesquisadores com as condições de acessibilidade das PcD visual nos dispositivos de informação, facilitadas pelos programas que possibilitam navegação na web, transformação de textos em voz e mais recentemente opções de óculos que combinam tecnologia ultrassom, sensores de som e guias de Sistema de Posicionamento Global (GPS), para alertar os utilizadores dos obstáculos ou dispositivos de visão artificial acoplados a câmeras inteligentes. Nota-se pouca presença de temas sobre alunos e usuários com deficiência, biblioteca inclusiva e desenho universal, que seria esperado maior atenção dos pesquisadores da área. Também não foi identificado trabalho vinculado a disciplinas ou aspectos pedagógicos para formação do profissional de informação, o que confirma a ausência da discussão nos cursos de graduação, especialmente de Biblioteconomia.

Gráfico 3: Autores mais prolíficos por número de publicações



Fonte: elaborado pelas autoras.

Para melhor compreensão dos autores e seus interesses específicos no tema, foram selecionados 11 autores com, no mínimo, quatro artigos no período e realizada análise dos respectivos Currículo Lattes, o que revelou forte vinculação entre pesquisas desenvolvidas e a formação acadêmica de origem dos autores. Oito autores com formação em Engenharia, Computação e Administração pesquisam temas relacionados a aspectos de acessibilidade física, tecnologias assistivas e comércio eletrônico. Dos três outros autores, um é da área da Ciências da Comunicação, com atuação na área de mídias digitais e dois autores com formação na área de Humanas, com pesquisas sobre educação especial e deficiência auditiva. Foram identificados, entre estes autores, três grupos com trabalhos em coautorias mais frequentes: DINIZ, C. N.; SANTOS, M. P. / SOUSA, M. R. F.; GUIMARÃES, I. J. B.; ARAÚJO, W. J. / MAZZINI, A. A.; TORRES, E. F., o que pode sinalizar formação embrionária de grupos de pesquisa, uma vez que não se constatou a presença deles em grupos de pesquisa sobre o tema institucionalmente formalizados no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultados obtidos no estudo bibliométrico da produtividade científica dos pesquisadores da Ciência da Informação sobre PcD revelam que, apesar de crescente quantitativamente, a produção da área ainda é tímida, bastante dispersa entre autores (317 no total) e tais trabalhos são voltados, em sua maioria, para aspectos de infraestrutura dos dispositivos de informação, especialmente para Pessoas com Deficiência Visual, relatos de casos e de uso de tecnologias assistivas. Esse quadro é acentuado pelo fato de os principais autores terem formação básica em Engenharia ou Computação, o que contribui para uma visão mais pragmática, importante para atendimento a este público, mas preocupante na medida em que não foram identificados trabalhos relacionados a estudos de usuários com deficiência para avaliar suas frequências e necessidades nas bibliotecas ou propostas

para a inserção do tema em disciplinas, o que pode comprometer a formação dos profissionais no atendimento pro ativo a este público e a organização de uma biblioteca, de fato, inclusiva. A análise dos resumos mostra que, embora a questão dos Direitos da PcD não seja objeto central das pesquisas, tais aspectos são desencadeadores da preocupação dos profissionais envolvidos na gestão de dispositivos de informação com tal público, o que sinaliza para a importância de legislação que garanta direitos iguais para todos os cidadãos, aí incluindo as PcD. Como perspectiva para estudo futuro aponta-se análise de conteúdo mais detalhada vinculada à análise temporal para identificar melhor as tendências de pesquisa na área.

REFERÊNCIAS

- AMANKAY. Instituto de Estudos e Pesquisa na área da Deficiência. Educação inclusiva. *Amankay*, São Paulo, [2---]. Disponível em: http://www.amankay.org.br/educacao_inclusiva/educacao_inclusiva.php. Acesso em: 18 jan. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 jan. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004.
- BRASIL. Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 131, p. 1, 10 jul. 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e dá outras providências.
- ESPAÇO DA CIDADANIA. Presença de pessoas com deficiência na sociedade e no trabalho. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.ecidadania.org.br>. Acesso em: 8 fev. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Cartilha do Censo 2010: pessoa com deficiência*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido.pdf>. Acesso em: 27 jan 2020.
- GLÄNZEL, W. *Bibliometrics as a Research Field: a course on theory and application of bibliometric indicators*. Chicago: Course handouts, 2003.

IBGE. Censo Demográfico 2010. IBGE, Brasília, DF, [2010]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm. Acesso em: 27 jan. 2020.

IFLA. Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação. IFLA, Haia, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

LARA, M. L. G.; TALAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface Lingüística Documentária e Terminologia. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, 2007.

LOSCHI, M. Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes. *Agência IBGE*, Brasília, DF, 20 set. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>. Acesso em: 8 fev. 2020.

NAKAMURA, L. *Práticas inclusivas em Bibliotecas Escolares*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Pedagogia) - Instituto Superior de Educação de São Paulo, São Paulo, 2018.